
GIOVANNA THELMA DOS SANTOS BATISTA

HENRIQUE LIBERATO PEREIRA

LUANA CRISTINE DA SILVA

MARIA KALHANY DA SILVA SANTOS

NATÃ PELAYO ALISCANTES MACHADO

SARA ALEXANDRA SERAFIM

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

GIOVANNA THELMA DOS SANTOS BATISTA
HENRIQUE LIBERATO PEREIRA
LUANA CRISTINE DA SILVA
MARIA KALHANY DA SILVA SANTOS
NATÃ PELAYO ALISCANTES MACHADO
SARA ALEXANDRA SERAFIM

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à ETEC de Hortolândia CCD João Franceschini - Sumaré, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em Técnico em Administração.

Orientador: Prof^(a) Ana Judith Kozma Viaro

RESUMO

Este presente estudo tem como objetivo geral verificar a situação de desigualdade social e pobreza no Brasil e assim fazer uma análise dos avanços tecnológicos e possíveis maneiras de solucionar este problema. Vai assim procurar definir neste estudo o significado da desigualdade social, assim como compreender seu processo de formação e sua relação com a sociedade capitalista. Se buscar entender historicamente para melhorar esta situação no Brasil e é importante para contextualizar nossa população sobre sua história, direitos e deveres, e sobre a atuação e papel do governo representando pelo Estado. Este tema se justifica na importância de compreender melhor a atuação para as desigualdades sociais no Brasil com foco no avanço tecnológico e as soluções possíveis nesse cenário. Este tipo de pesquisa, baseia-se somente em dados e informações oriundas de fontes de estudos já divulgadas, tais quais: livros, publicações periódicas, reportagens e artigos científicos.

Palavras-chave: Brasil. Desigualdade. Pobreza. Soluções.

ABSTRACT

This present study has the general objective of verifying the situation of social inequality and poverty in Brazil and thus analyzing technological advances and possible ways to solve this problem. This study will therefore seek to define the meaning of social inequality, as well as understand its formation process and its relationship with capitalist society. It is important to seek to understand historically to improve this situation in Brazil and it is important to contextualize our population about their history, rights and duties, and about the actions and role of the government represented by the State. This theme is justified by the importance of better understanding action to address social inequalities in Brazil with a focus on technological advancement and possible solutions in this scenario. This type of research is based only on data and information from already published study sources, such as: books, periodical publications, reports and scientific articles.

Keywords: Brazil. Inequality. Poverty. Solutions.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 CONCEITO DE DESIGUALDADE SOCIAL	7
3 A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL.....	11
4 AVANÇO TECNOLÓGICO X DESIGUALDADE	16
4.1 MANEIRAS DE REDUZIR A DESIGUALDADE	19
5 CONCLUSÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

Este presente estudo tem como objetivo geral verificar a situação de desigualdade social e pobreza no Brasil e assim fazer uma análise dos avanços tecnológicos e possíveis maneiras de solucionar este problema.

Vai assim procurar definir neste estudo o significado da desigualdade social, assim como compreender seu processo de formação e sua relação com a sociedade capitalista. Se buscar entender historicamente para melhorar esta situação no Brasil e é importante para contextualizar nossa população sobre sua história, direitos e deveres, e sobre a atuação e papel do governo representando pelo Estado.

A pobreza ainda é muito viva, muitas famílias vivem em situação degradantes, sem um conforto, sem saneamento básico e muitos, sem uma casa. Assim este tema se justifica na importância de compreender melhor a atuação para as desigualdades sociais no Brasil com foco no avanço tecnológico e as soluções possíveis nesse cenário.

Este tipo de pesquisa, baseia-se somente em dados e informações oriundas de fontes de estudos já divulgadas, tais quais: livros, publicações periódicas, reportagens e artigos científicos, de modo a subsidiar ao pesquisador uma quantidade de elementos elevada, a qual não seria possível acessar de forma direta (GIL, 2019).

Para Marconi e Lakatos (2021), a revisão bibliográfica proporciona ao pesquisador a oportunidade de análise de seu problema de pesquisa considerando uma perspectiva mais abrangente, visto que, serão ponderados estudos e pesquisas que apresentam validação científica sobre determinado evento. Os autores especificam ainda quatro etapas necessárias para a constituição de uma pesquisa, são elas: levantamento de dados e documentação; o plano provisório do trabalho; a leitura da documentação e finalmente a síntese do trabalho.

Os procedimentos técnicos utilizados são: análise de textos, publicações, obras e documentos. Portanto a pesquisa teve por métodos revisão bibliográfica do tema por autores e publicações, com procedimentos descritivos e abordagem qualitativa e indutiva. O percurso metodológico selecionado para esta pesquisa será por meio de pesquisas bibliográficas, utilizando a abordagem qualitativa, objetivos exploratório e descritivo.

2 CONCEITO DE DESIGUALDADE SOCIAL

Em toda a evolução histórica da humanidade, observa-se que as desigualdades sociais eram presentes, isso desde antiguidade, entre os anos de 400 a.C a 476 d.C. no Império Romano do Ocidente, época em que as pessoas passaram a se dividir levando em consideração a condição social. Nesse caso da antiguidade, existiam os patrícios, sendo apontados como indivíduos superiores, possuidores de direitos. Já no caso dos plebeus, esses eram apontados como indivíduos inferiores, que não possuíam direitos. Dessa forma, observa-se que os cidadãos passaram a contar com diferentes privilégios, podendo fazer parte da política e das questões públicas de forma ativa, entretanto, os escravos, assim como os indivíduos que possuíam dívidas, não podiam contar com os privilégios em questão.

O surgimento do conceito de propriedade privada trata-se de um processo significativamente extenso, levando muitos anos para ser criado pelo ser humano. Essa referida origem associa-se diretamente ao fato, de um indivíduo ter feito uma cerca para delimitar um terreno, dizendo que esse pedaço de terra era dele para outras pessoas simples que acreditaram e aceitaram tal ato. Observando ainda que durante a Idade Média, os nobres e os senhores feudais, que eram proprietários de terras, contavam com o trabalho de seus servos, sendo esses obedientes e trabalhadores, cumprindo diferentes obrigações e tarefas solicitadas pelos nobres, fazendo com que existisse uma sociedade teocrática, fundamentada pela ideia de que as desigualdades sociais se tratava de algo divino, que Deus impunha.

Neste sentido, observa-se ainda que os indivíduos mais pobres eram obrigados a viverem para cuidar dos bens de seus senhores, já os senhores diziam que Deus era uma testemunha dos trabalhos e da dedicação dos plebeus. Nessa referida época, os nobres apontavam que a pobreza tratava-se de uma consequência da falta da graça de Deus, essa desigualdade ocorria pois Deus queria assim. É possível apontar ainda que as desigualdades sociais era um problema frequentemente visto, desde as primeiras sociedades da história, possuindo motivações laicas ou também religiosas, todas com o objetivo de tornarem legítimas as ordens dadas pelos indivíduos das elites que exploravam os demais, entretanto, determinar a real origem da desigualdade é algo completo.

Na antiguidade, era apresentada uma ideia de que o pobre deveria ser responsabilizado por exercer a obrigação de trabalhar e servir seu patrão, devendo

ter como retribuição a esse serviço meramente o básico para que sobrevivesse. Levando em consideração ainda que se os pobres tivessem uma vida melhor no que diz respeito às suas condições, eles deixariam de servir aos interesses da elite. Sendo assim, a existência da pobreza e, conseqüentemente, dos pobres, era tratado como algo fundamental pelas elites, tendo em mente que para permanecerem sendo ricos, a condição de pobre era fundamental. Saliendo ainda que as desigualdades sociais é um problema constante na evolução da história humana, entretanto, durante o século XVIII, observa-se que os filósofos iluministas passaram a tratar a pobreza como algo diretamente conseqüente das atividades humanas, deixando de vez a ideia de vontade divina sobre a miséria.

É possível notar ainda que na sociedade humana, existem dois diferentes modelos de desigualdade, onde uma ocorre de forma natural através da natureza, se tratando então das diversificações biológicas e das peculiaridades subjetivas das pessoas. Já a segunda, trata-se da desigualdade conhecida como moral ou política, diretamente conseqüente da implementação de um sistema articulado e formado pelo homem, fazendo com que existam camadas sócias.

Se embasando então em uma estrutura formada através de camadas sociais, observa-se que o capitalismo fez com que a desigualdade fosse um elemento constante nas sociedades, contando com diferentes modelos de hierarquias, fazendo ainda com que as pessoas tenham um lugar definido levando em consideração a sua situação econômica, formando assim uma estrutura social. A referida posição ocupada pelas pessoas afeta diretamente em seu estilo de vida e em suas escolhas pessoais. Após a Revolução Industrial, com o ganho de força conquistado pelo capitalismo, foi introduzido ainda um sistema econômico que influenciou significativamente para a ampliação da desigualdade social e da pobreza. Sendo assim, ocorreu uma consolidação de uma dinâmica em que a produção passa pela administração de um mercado que possui o objetivo de obter lucros e acumular capital a cada dia mais. Através do referido sistema, observa-se que o dinheiro se transformou na maior influência nas escolhas feitas pelo homem, isto é, possuir dinheiro é o mesmo que possui o poder, o que resulta na busca incessante pelo bem próprio.

Neste sentido, em uma economia política clássica, é possível compreender o capitalismo como uma ordem natural caracterizada através do constante desejo do ser humano de realizar trocas, compras e vendas. Sendo assim, o acúmulo de mais riqueza sempre foi o objetivo do capitalismo. O referido sistema surgiu de maneira

natural, sendo necessário somente a eliminação dos obstáculos e das barreiras. Salientando ainda que a crítica marxista sobre essa economia acaba resultando em conclusões distintas. Apontando então que o capitalismo não se trata de uma ordem natural, entretanto sendo algo resultante da evolução social histórica, sendo formada através das lutas de classes.

O surgimento do sistema capitalista trata-se então de um elemento constituído através de forças sociais específicas, que conseguiram se apropriar do poder político e do excedente econômico, que anteriormente passava pela administração dos nobres ou das instituições religiosas. Tendo em mente ainda que nas sociedades medievais a honra e o sobrenome eram os elementos mais importantes para a sociedade, com o capitalismo industrial ressalta-se que o dinheiro é o elemento mais importante para a obtenção de poder.

Dentro do contexto histórico, o poder sempre pertenceu a burguesia, por meio da dominação de um mercado que controlava um modo de produção coercitivo, situação em que todos possuíam a obrigação de respeitar a sua forma de funcionar. Nesses casos, observa-se que a camada social menos favorecida deve trabalhar em extensas jornadas e com salários baixos, sofrendo com a violência causada pelo sistema dominante, regido pelos burgueses, que acumulavam sua riqueza e tomavam conta do Estado, fomentando assim uma realidade de opressão para os trabalhadores, ampliando assim a desigualdade entre as camadas sociais.

Dessa forma, a desigualdade social, seja qual for a sua modalidade, é um problema enfrentado por todo mundo, entretanto, acaba ficando mais clara em países não desenvolvidos. No ano de 2003, observa-se que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou uma pesquisa com o nome de “O Século da Desigualdade no Brasil”, o que chamou significativa atenção para o assunto. O referido estudo evidencia que o crescimento econômico e a desigualdade de renda foram elementos que cresceram juntos no decorrer do século XX.

Com uma realidade de incerteza, onde uma nova configuração da paisagem social surge na sociedade brasileira e no mundo. Essa tal realidade é apontada pelos estudos de Mestriner (2015), entendendo o autor que os contornos econômicos, ideológicos e geopolíticos, entre outros, se alteraram de maneira muito veloz e que novos fatos evidenciam a existência de um novo tempo, apontado como um tempo de elevado desenvolvimento e de progresso tecnológico extremamente evoluído, podendo ainda conviver com a fome e a pobreza extrema.

Analisando ainda os aspectos históricos sobre o assunto, as pesquisas de Costa (2005) apontam que as evidências históricas deixam claro que a cultura humana se associa diretamente, desde o seu surgimento, com a concepção da diferenciação e da discriminação entre os grupos sociais existentes, ocorrendo isso até mesmo no caso de sociedades mais homogêneas e simples, e essa realidade passou a ser mais recorrente e forte ao ponto que as sociedades tiveram maior complexidade.

Com a atual realidade mundial, evidencia a consequência desse demorado processo histórico de constituição de uma civilização complexa e diversificada, onde os mais variados grupos buscam a monopolização dos seus privilégios e também das possibilidades para se acessar aos bens de produção.

Ainda segundo os estudos de Costa (2005), podemos ver que o motivo para essa nova postura perante as populações excluídas ou carentes ocorre primeiramente por conta do fato de que na sociedade moderna, no decorrer dos anos, sendo então sedimentada a ideia de que os indivíduos são integrantes de uma totalidade, denominada como a humanidade.

Salientando ainda que:

Ao contrário dos povos antigos, que tinham clara a noção de que a sociedade se diferenciava por grupos inconciliáveis – como as castas indianas, por exemplo, – o mundo ocidental desenvolveu a consciência de constituir uma humanidade à qual pertencem todos os habitantes do planeta. Uma igualdade, sem dúvida nenhuma, originada no universalismo católico, desenvolvida pelos princípios democráticos de organização política e reforçada pela expansão mundial do sistema capitalista industrial. Engendrada a ideia de humanidade como conceito capaz de conter em seus limites todas as pessoas existentes no planeta, as desigualdades sociais se tornaram cada vez mais perceptíveis (COSTA, 2005, p. 255).

Segundo os estudos de Siqueira e Pereira (2011), onde o autor aponta que a construção ideológica da pobreza se apresenta como uma herança medieval, onde na sociedade a expressão de maior relevância é o evangelho e o elogio à pobreza, sendo esta fortificada pelos programas ideológicos que se fundamentam na Sagrada Escritura.

Apontando ainda que:

Muitas e diferentes doutrinas nascem em torno da noção de pobreza, mas será sempre a mensagem social do Evangelho a fornecer os elementos. A imagem e a expressão social do pobre no mundo medieval [...] cria um elo de relações sociais determinantes na sociedade; afinal, o ethos da pobreza agrega o elogio à esmola ao elogio da salvação (SIQUEIRA e PEREIRA, 2011, p. 3).

Os referidos autores ainda apontam que a modernidade do século XVI produz alterações em toda a reflexão da práxis social, fazendo existir na sociedade pré-industrial, um elogio ao trabalho, entendendo então esta como uma ação para transformação. Segundo a concepção de Geremek, o ideário da pobreza, abalizado como valor espiritual é enfraquecido ao se deparar aos novos padrões que tendem a eliminar esse tipo de ideia. Onde *“O trabalho torna-se o principal direito do homem que almeja comandar o destino e conquistar riquezas”*, salientando ainda, por um diferente ponto de vista, que por meio da evolução do ethos da pobreza, fica evidente, em nossa atual realidade, sinais inovadores para a existência de um diferente modelo de pauperização, que é a pobreza sócio industrial, produzindo ela as noções que determinam a existência de uma desigualdade social do mundo capitalista.

Sendo assim, o capitalismo industrial eliminou a concepção tradicional que o mundo medieval, assim como apontam Siqueira e Pereira (2011), havia fortificado nos conceitos divinos.

3 A DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Segundo a concepção de Cassab et. al. (2006), observa-se que durante o século XVIII, o capitalismo apresentou um significativo crescimento, acompanhado do processo de industrialização, surgindo então as relações entre o capital e o trabalho, por isso o nome de capitalista, tendo relevância nesse sistema o patrão e o trabalhador assalariado, pois são os responsáveis por fazer essa organização funcionar.

Sendo assim, a palavra desigualdade possui grande abrangência, podendo ser usada para se referir sobre: desigualdade econômica, cultural, étnica, desigualdade de classes e desigualdades sociais. Sendo possível conceituar desigualdade através de

diferentes tipos, podendo ser uma desigualdade de trabalho, de oportunidade, de escolaridade, de renda, entre inúmeras outras, entretanto, uma das mais mencionadas e estudadas é a desigualdade social, diretamente consequente de uma inadequada distribuição de renda. Segundo a concepção de Rousseau (2010), ressalta-se que a desigualdade fica evidente através das alterações que acontecem com as pessoas. O referido autor ainda complementa dizendo assim:

É nessas sucessivas mudanças da constituição humana que é preciso procurar a primeira origem das diferenças que distinguem os homens, os quais, são naturalmente tão iguais entre si quanto o eram os animais de cada espécie antes de diversas causas físicas terem introduzido em alguns as variedades que notamos. Efetivamente, não é concebível que essas primeiras mudanças, por quaisquer meios que se tenham realizado, tenham alterado, ao mesmo tempo, e da mesma maneira, todos os indivíduos da espécie; mas, tendo uns se aperfeiçoado ou deteriorado e adquirido diversas qualidades, boas ou más, que não eram inerentes à sua natureza, permaneceram os outros mais tempo em seu estado original (ROUSSEAU, 2010, p. 29).

De forma geral na sociedade, a desigualdade habitualmente resulta em outros problemas, que são: a discriminação, o preconceito, o domínio e a exclusão de pessoas. Entretanto, ela também fomenta uma maior reflexão no que diz respeito à possibilidade de transformações nessa mesma sociedade, podendo causar maior aprendizagem e elevar as oportunidades de escolhas dos indivíduos.

Na atualidade, a desigualdade social trata-se de um problema muito comum, especialmente após a Revolução Industrial. Salientando ainda que a desigualdade social no Brasil permanece sendo um problema diretamente afetado por meio da transição demográfica, consequente de um significativo desequilíbrio regional e social.

Segundo o referido autor, observa-se ainda que:

A transição demográfica ela é única, enquanto um processo global que atinge toda a sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, múltipla, pois se manifesta diferentemente segundo as diversidades regionais e, principalmente, sociais (BRITO, 2008, p. 6).

Os estudos realizados por Siqueira (2011) apontam ainda que as desigualdades sociais ocorrem consequentes das organizações e das instituições sociais, sendo transformadas em categorias não-fixas, levando em consideração que passam por uma lenta e constante modificação, sendo habitualmente remodelada, visando durar permanentemente. Essas separações embasadas nos níveis sociais ficam mais

evidentes nas relações sociais, possuindo uma natureza multidimensional e assimétrica, ocorrendo a inclusão de todos os agentes em diferentes categorias que, dessa forma, acabam sendo sobrepostas; mesmo assim, é possível que um só indivíduo ocupe categorias distintas, fazendo com que a divisão exata seja uma tarefa extremamente complexa. Dessa maneira, ressalta-se ainda que a desigualdade social pode resultar em diferentes vantagens de um grupo socioeconômico para outro. Essas vantagens podem ocorrer sobre a possibilidade de acesso a recursos e bens materiais e não-materiais, resultando assim em certas divisões sociais que acabam afetando significativamente na vida das pessoas, de grupos e também de organizações. Apontando ainda que os recursos de maior relevância para que as desigualdades ocorram são os que podem passar por limitações, tal como os apropriados, podendo ainda ser somados a diferentes recursos, o que resulta em um valor adicional (SIQUEIRA, 2011).

No caso do Brasil, observa-se que desde o começo de seu processo de colonização e exploração do território, o objetivo jamais foi o de proporcionar melhoras para as pessoas que aqui viviam, não importando então quais eram as condições de vida dos indivíduos. Segundo a concepção de Souza (2018), ressalta-se ainda que o que realmente importava era a saúde do comércio, sem existir o objetivo real de povoar e melhor o território. Sendo assim, esse processo de ocupação dos territórios ocorreu tendo a intenção de meramente suprir os interesses do mercado dos colonizadores. Os estudos realizados por Costa (2005) apontam ainda que a concentração de terras no Brasil ocorreu como consequência de uma estrutura produtiva fundamentada em um processo de exploração da cana-de-açúcar, focado exclusivamente nas necessidades e demanda externa.

Cabe ressaltar ainda que:

A forma de desenvolvimento adotado, precário e desigual, proporcionava o enriquecimento apenas dos que estavam no comando. A desigualdade e conseqüentemente a pobreza, sempre presentes no decorrer da história, agravam-se e apresentam-se com novas características a partir do processo de industrialização e com o surgimento do capitalismo (WLODARSKI e CUNHA, 2009¹).

No caso do Brasil, a desigualdade social recebe a direta influência da transição demográfica conseqüente de um desequilíbrio regional e social. Já as palavras de

Nascibem (2011) contribuem dizendo que a pobreza é evidente no momento em que parte da população não possui a capacidade de obter a renda necessária para se sustentar adequadamente, conseguindo os recursos básicos e fundamentais para sua sobrevivência e qualidade de vida digna. Os referidos recursos são os seguintes: água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania.

Sendo possível notar então que essa concentração de renda e de propriedades no Brasil, na atualidade, trata-se de um dos problemas mais relevantes para serem solucionados. Dessa forma, como há diferentes pessoas e tendo em mente que as referidas diferenças são embasadas em elementos materiais, na cultura, raça, entre outros, ressalta-se que os indivíduos mais simples que fazem parte de uma sociedade são os que se encontram em situação de extrema pobreza, já os mais poderosos acabam vivendo em casarões luxuosos com recursos abundantes.

Essa referida incidência de pobreza no Brasil se encontra mais alta nas áreas rurais quando comparadas com as zonas urbanas. As pesquisas de Rocha (1996), ao analisar a repartição dos pobres no Brasil durante os anos 80, evidenciou uma relevante diminuição dos miseráveis rurais no final dela e começo dos anos 90, ficando muito clara essa realidade através das secas do Nordeste e um conseqüente êxodo rural.

Sendo assim, as proporções mais elevadas de pobres são encontradas nas regiões Nordeste e Norte, entretanto na primeira e, especialmente, no tocante das pequenas cidades e na zona rural, se direcionando ao sul e a ao centro-oeste.

Os estudos de Rocha (1996) apontam ainda a existência de dois grandes pólos industriais no Brasil, que são as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, evidenciando ainda que a pobreza neles se apresenta como um fenômeno que predomina na metrópole. Os pobres dessas metrópoles acabam representando, de forma respectiva, cerca de 63% e 84% da quantidade total de pobres em ambas as regiões. Entretanto, em termos absolutos, a pobreza se apresenta mais elevada no campo e apresenta um índice menor nas áreas mais urbanizadas destes centros metropolitanos. A referida realidade se apresenta como uma surpresa para muitos indivíduos, imaginando eles que eram nas favelas que ficavam concentrada a maior parcela dos miseráveis de todo o Brasil. Ressaltando também que o referido processo de favelização e macrocefalia urbana são a conseqüência, em diversas ocasiões, por conta de que o pobre que sai do campo a procura de uma oportunidade para conseguir a melhoria de sua vida na cidade grande.

Por conta ainda das evoluções técnicas, os trabalhadores que possuem uma especialização em certa área são a cada dia mais desejados pelas indústrias, isso por conta daqueles que não contam com qualquer tipo de qualificação, exatamente o que ocorre com o trabalhador da zona rural. Ficando ainda muito claro nos centros urbanos é uma pobreza de maior severidade, onde a qualificação da mão de obra se apresenta como fator de extrema importância para que esses indivíduos se insiram no mercado de trabalho, fato que não acontece com a maior parte da população.

Observando ainda que:

Um trabalhador de Curitiba ganhava 25,4% a mais que a média, enquanto um trabalhador com as mesmas características, emprego e setor, mas trabalhando em Belém ganhava 10% menos que a média. Barros e Mendonça (1995) mostram que a diminuição da desigualdade regional reduziria a desigualdade de renda entre 2% e 5% (ARBACHE, 2003, p.35).

Analisando ainda a segmentação regional, podemos ver que fica muito clara uma espécie de efeito regional ao se analisar as remunerações. Sendo assim, é através do mercado de trabalho que se evidencia a diferença de salários entre as mais variadas regiões de trabalhadores que realizam o mesmo trabalho, situação em que os operários das regiões com menor poder aquisitivo também ganham menos proporcionalmente.

Existem vários fatores que contribuíram para a criação da desigualdade, um deles foi a acumulação de capital que começou em 1930, pois a produção brasileira nessa época era principalmente agrária, sendo que o Brasil era exportador de matéria prima, e com poucas indústrias. A industrialização no Brasil, a partir da década de 30, criou condições para a acumulação capitalista devido à implantação de indústrias voltadas para a produção de máquinas, equipamentos etc. A política econômica adotada nesse período foi para o desenvolvimento dos setores de produção, que “economizaram” mão-de-obra e que teve como resultado o desemprego (NASCIBEM, 2011, p. 27).

Ressaltando ainda que na atualidade a desigualdade social é um problema de quase todos os países do mundo. Salientando ainda que o Brasil pode ser apontado como um dos países com o índice de desigualdade muito elevado quando comparado com os demais segundo a distribuição de renda.

4 AVANÇO TECNOLÓGICO X DESIGUALDADE

Com a atual realidade mundial no que diz respeito à política, economia, cultura, assim como o desenvolvimento econômico e com o mais simples e veloz acesso à informação e comunicação, é possível notar que as desigualdades e as injustiças devem ser apontadas como elementos sociais que também se ampliam no mundo todo. Mesmo através de um significativo avanço científico e tecnológico, o referido problema acaba se ampliando, levando em consideração que a evolução tecnológica em questão acaba não contribuindo de forma relevante para que as pessoas que fazem parte dos grupos socioeconômicos menos abastados sejam capazes de transformar sua realidade, saindo da posição de inferioridade ao qual historicamente foram condicionados pela organização da sociedade. Em diferentes situações e contextos, o avanço tecnológico acaba ampliando as consequências das desigualdades e das injustiças sociais, que são problemas que deveriam combater.

Segundo a concepção de Bauman (2022), ressalta-se que existência de um crescimento tecnológico e econômico não necessariamente proporciona uma ampliação da igualdade. Ainda segundo o autor, em diferentes ocasiões, o resultado é o contrário, se tornando um dos principais elementos para o enriquecimento dos mais ricos e ampliação da desigualdade ao se comparar com os mais pobres. Sendo possível explicar esse fato, de certa forma, como uma consequência de uma distribuição inadequada das riquezas, dos bens que são gerados e também dos serviços disponibilizados, resultando ainda de uma desenfreada exploração da força de trabalho da população de baixa renda, que em muitas vezes pode ser atenuada pela evolução econômica e tecnológica. Levando em consideração ainda que, na realidade mundial da atualidade, fica claro que a concentração e a distribuição de riqueza e renda, isso ao nos referir sobre o Brasil e também sobre todo o mundo, trata-se de algo a cada dia mais elevada entre ricos e pobres, brancos e negros, países desenvolvidos e países em desenvolvimento, ampliando a desigualdade.

Com essa mundialização da economia e evolução tecnológica, segundo a concepção de Moreira e Kramer (2007), observa-se que as situações de desigualdades acabam sendo ampliadas, especialmente com o desenvolvimento tecnológico. Mesmo com uma maior facilidade para as pessoas acessarem novos equipamentos tecnológicos, pois é possível apontar que aproximadamente 800 milhões de pessoas, cerca de mais de 10% da população de todo o mundo, não possuem um acesso adequado à energia

elétrica (G1, 2019). Evidenciando assim uma significativa discrepância e desigualdade dos indivíduos que podem acessar essa avançada tecnologia dos que não conseguem acessar nem mesmo água potável e energia elétrica, não podendo contar com uma assistência básica para uma sobrevivência digna.

Mesmo que com um importante desenvolvimento das instituições sociais modernas e a utilização dos recursos tecnológicos por elas em todo o mundo, isso acaba resultando em uma realidade que faz com que os indivíduos consigam viver melhor, apontando assim que a modernidade também resulta em problemas. Sendo assim, esses problemas, segundo a concepção de Giddens (2002), refere-se sobre às desigualdades sociais, econômicas, como diversas outras, se fazem presentes nas sociedades da atualidade. As referidas desigualdades se tornam mais claras e acentuadas em países considerados multiculturais e pluriétnicos, tal como o caso do Brasil. No que diz respeito à realidade brasileira, é possível notar a existência de uma realidade que necessita de importantes políticas públicas, assim como ações mais contundentes realizadas pelo Estado, assim como pela sociedade de forma geral, visando assim minimizar as desigualdades.

Sobre o assunto, as palavras de Candau (2010) contribuem dizendo que:

As desigualdades, oriundas de um longo processo histórico, são reforçadas pelo estágio atual de produção econômica. Os povos que sofreram o colonialismo são os mesmos que hoje recebem a parcela “enlatada” do conhecimento que circula rápido pelo mundo (CANDAU, 2010, p. 37).

A qualidade de vida das pessoas, de forma geral em todo o mundo, é o que leva a crer que as alterações e evolução que acontece nas estruturas das sociedades da atualidade, pois o desenvolvimento tecnológico e econômico acaba não contribuindo com essa qualidade de vida, contribuindo ainda para que ocorra uma ampliação das desigualdades sociais, econômicas, étnico-raciais, entre outras, resultando assim em uma qualidade de vida baixa, especialmente dos que são considerados de baixa renda. Os estudos de Sobrinho e Araújo (2018, p. 37) contribuem dizendo que em uma sociedade que acaba sendo injusta e desigual, fazendo com que existam inseguranças e incertezas, *“viver com o mínimo de dignidade tem sido uma condição que requer desprendimento de grandes esforços por parte dos sujeitos socioeconomicamente menos favorecidos”*.

Um ponto de extrema relevância que deve ser considerado refere-se sobre a existência de uma sociedade democrática, sendo caracterizada como um sistema

onde deveria ocorrer uma cooperação social levando em consideração que seus cidadãos não apontam que essa é uma ordem social natural e fixa, assim como existe uma estrutura institucional fundamentada em doutrinas religiosas ou em princípios hierárquicos que consideram os valores aristocráticos em suas ações (RAWLS, 2003). Entretanto, por conta das transformações ocorridas nas sociedades da atualidade, no âmbito tecnológico e econômico, observa-se que os que mais se aproveitam fazem parte de grupos mais abastados e os mais prejudicados acabam sendo os que pertencem aos grupos menos favorecidos, especialmente os que sofrem constantemente com a discriminação e opressão, pois normalmente não conseguem acessar essas tecnologias.

Mesmo que as novas tecnologias proporcionaram significativa contribuição para uma maximização do processo de democratização da informação e do conhecimento, que desde sempre foram privilégios dos mais financeiramente abastados, as ferramentas tecnológicas passaram a ser elementos fundamental da cultura mundial, entretanto, ainda somente uma mínima parcela da população consegue utilizá-las adequadamente, o que contribui para a desigualdade. Pelas palavras de Pinto (2007, p. 226), esses privilegiados acabam sendo apontados como *“porta-vozes de interesses sociais bem definidos e, conforme era de esperar, pertencentes às frações minoritárias, embora dominantes”*.

4.1 MANEIRAS DE REDUZIR A DESIGUALDADE

A responsabilidade de criação de políticas públicas com o intuito de solucionar as necessidades da população é dividida entre o Governo Federal, Estadual e Municipal, visando assim criar uma sociedade mais justa. Dessa forma, é fundamental ter em mente que os municípios, após a Reforma Constitucional de 1988, se tornaram elemento fundamental da federação, juntamente com os Estados e o Distrito Federal, assim como determina o art. 1º da Constituição, salientando então que todos possuem a autonomia para a realização de investimentos na solução dos interesses da população.

Isso faz com que seja fundamental realizar uma revisão do sistema de divisão dos recursos fiscais, se tratando de uma ferramenta importante para a redução da desigualdade, entre todas as esferas de governo. Salientando então que o Estado possui a responsabilidade de dar o suporte financeiro adequado para a população, assim como deve efetivar o preceito de federalismo que norteia a constituição do Estado brasileiro.

Ressalta-se ainda que a tecnologia também se apresenta como uma ferramenta educativa de extrema importância para a redução da desigualdade, possuindo uma significativa capacidade de transformação, fomentando a autonomia, a criatividade e o interesse pelos estudos, levando em consideração que, através do aprimoramento do processo de pesquisa, é possível melhorar o nível de educação da população, o que contribui significativamente para a redução da desigualdade.

Segundo os estudos de Rodrigues (2021), é fundamental combater a desigualdade, tendo em mente que uma sociedade mais igualitária e inclusiva, a qualidade de vida da população é maior. O referido autor ainda contribui dizendo assim:

Por que é preciso reduzir desigualdades? Numa perspectiva humanista, reduzir desigualdades é a medida necessária para tirar milhões de indivíduos da extrema pobreza, oferecendo a eles condições dignas de subsistência, com menos injustiças e mais equilíbrio de oportunidades e de condições para disputa no mercado de trabalho. Pelo lado do oportunismo financeiro, combater disparidade de renda também interessa, já que favorece o crescimento econômico dos países. Estudo publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2017, concluiu que quanto maior a desigualdade social de determinada sociedade menor é seu crescimento econômico (RODRIGUES, 2021, p. 33).

O autor mencionado ainda conclui dizendo que ampliar os investimentos em maior justiça social acaba disponibilizando maiores vantagens competitivas à sociedade.

Informações apresentadas pela McKinsey & Compan apontam que equipes executivas que possuem maior diversidade étnica, acabam obtendo cerca de 33% mais chances de ampliar os lucros quando comparadas com empresas que não realizam essa inclusão social. Ademais, quando a sociedade é significativamente desigual, isso amplia a violência, o que também gera custos para essa sociedade. Dessa forma, fomentar a inclusão social também pode ser apontada como uma ferramenta de extrema relevância para a redução da desigualdade e elevação da qualidade de vida das pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A redução das desigualdades no Brasil demanda a implementação de ações abrangentes e sustentáveis. Diversas medidas podem ser adotadas para alcançar resultados notáveis nesse sentido.

Em primeiro lugar, é essencial investir maciçamente em educação, assegurando um acesso igualitário à educação de qualidade desde as fases iniciais até o ensino superior. Além disso, programas de capacitação profissional e técnica podem ser implementados para fortalecer as habilidades da mão de obra, proporcionando oportunidades de emprego mais equitativas. A reforma tributária é outra frente crucial, buscando criar um sistema mais progressivo que taxe proporcionalmente os diferentes estratos sociais. Isso pode ser acompanhado por políticas redistributivas que garantam uma distribuição mais justa da riqueza nacional.

No âmbito da saúde, é necessário fortalecer o acesso aos serviços médicos, especialmente para as populações mais vulneráveis. Isso inclui a ampliação de programas de prevenção, promoção da saúde e a garantia de tratamento adequado para todos, independentemente de sua condição econômica.

A promoção de políticas de inclusão social e combate à discriminação também é vital. Isso engloba a implementação de medidas que garantam a igualdade de oportunidades para grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros e indígenas. A transparência e o combate à corrupção são elementos fundamentais para o sucesso dessas iniciativas. Garantir a efetiva implementação e monitoramento das políticas é crucial para evitar desvios e assegurar que os recursos sejam direcionados para onde são mais necessários.

Em síntese, a redução das desigualdades no Brasil exige uma abordagem multifacetada, envolvendo ações nos campos da educação, saúde, tributação, inclusão social e combate à corrupção. Somente por meio de um comprometimento conjunto do governo, setor privado e sociedade civil será possível alcançar resultados notáveis e construir um país mais justo e igualitário para todos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Sílvia Maria de. BRIDI, Maria Aparecida. MOTIM, Benilde Lenzi. Sociologia: um olhar crítico. São Paulo: Contexto; 2013.

ARBACHE, Jorge Saba. Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas. Brasília: CEPAL - Escritório no Brasil/ DEFID, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global (Nova Edição). Editora: Zahar; 1ª edição, 2022.

BRANCO, Rodrigo Castelo. A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels. 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Escola de Serviço Social. – ESS. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006.

BRITO. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, vol. 25, n.1, p 5 - 26. São Paulo, Jan/Jun 2008.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: questões, tendências e perspectivas. In: CANDAU, Vera Maria (org.). Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. RIBEIRO, Luiz Cláudio. SCHETTINO, Priscila. DESIGUALDADE SOCIAL E TERRITÓRIO: uma breve reflexão. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2006. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Maria_Aparecida_Luiz_Claudio_Priscila297.pdf . Acesso em: set. de 2023.

CHALA, Débora Costa Branco. Impacto do programa bolsa família na educação. 2011. Monografia de Especialização em Políticas Educacionais. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://www.nupe.ufpr.br/chala.pdf> . Acesso em: set. de 2023.

COSTA, G. M. Trabalho, individualidade e pessoa humana. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

G1 - Mais de 800 milhões de pessoas no mundo não têm acesso a energia elétrica, diz Banco Mundial, 22 maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/05/22/mais-de-800-milhoes-de-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-a-energia-eletrica-diz-banco-mundial.ghtml> . Acesso em: set. de 2023.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. Editora: Editora Unesp; 1ª edição, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística: O século da Desigualdade no Brasil. Brasil 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> . Acesso em: set. de 2023.

LIMA, Josiane Souza Pires. et. al. A EDUCAÇÃO DIGITAL EM SALA DE AULA: O IMPACTO NO APRENDIZADO DOS EDUCANDOS EM UM CONTEXTO DE DESIGUALDADES EDUCACIONAIS. REVISTA APROXIMAÇÃO — VOLUME 04. NÚMERO 09. — JUL-DEZ 2022 ISSN: 2675-228X — GUARAPUAVA - PARANÁ – BRASIL, 2022. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/download/7411/5309> . Acesso em: set. de 2023.

MARTINS, José de Souza. Sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Editora: Editora Vozes; 4ª edição, 2012.

MESTRINER, Maria Luiza. O Estado entre a filantropia e a assistência social. Editora: Cortez; 4ª edição, 2015.

MOREIRA, Flavio Barbosa; KRAMER, Sonia. Contemporaneidade, educação e tecnologia. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1037-1057, out. 2007.

MOREIRA, Eduardo. Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa. Editora: Civilização Brasileira; 8ª edição, 2019.

NASCIBEM, Monalisa Cristina. A nova classe c e a desigualdade social. 2011. Monografia. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/21691767/615156828/name/MONOGRAFIA> . Acesso em: set. de 2023.

NEMER, David. Tecnologia do Oprimido: Desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil eBook Kindle. Editora: Editora Milfontes; 1ª edição, 2022.

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. Criminalização da Mendicância e a Realidade da População de Rua no Brasil. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, jul. a ago. de 2011.

PINTO, Álvaro Vieira. O conceito de tecnologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. v. 1.

POCHMANN, Marcio. Desigualdade Econômica no Brasil. Editora: Editora Ideias & Letras; 2ª edição, 2015.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: fatos básicos e implicações para política social. Economia e Sociedade. Campinas, p. 141-151, 1996.

RODRIGUES, Robson. Como reduzir as desigualdades? Revista de Jornalismo Científico e Cultural da Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <https://revistadarcy.unb.br/edicao-n-25/dossie/124-como-reduzir-as-desigualdades> . Acesso em: set. de 2023.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens. Editora: Martin Claret; 2ª edição, 2010.

SILVIA, C. F. SOUSA JÚNIOR, A. S. Pobreza e desigualdade no Brasil: uma análise da contradição capitalista. In: VII Congresso Português de Sociologia; 19-22 jun. 2012; Portugal: Universidade do Porto; 2012. Disponível em: http://www.aps.pt/vii_congresso/?area=016&tipo=atas3&pchave.pdf . Acesso em: set. de 2023.

SIQUEIRA, Natália Leão. Desigualdade social e acesso à saúde no Brasil. Juiz de Fora. Monografia em Bacharel em Ciências Sociais/ Sociologia. Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/graduacaocienciassociais/files/2010/11/DESIGUALDADESOCIAL-E-ACESSO-%C3%80-SA%C3%9ADE-NO-BRASIL-Nat%C3%A1liaLe%C3%A3o-Siqueira.pdf> . Acesso em: set. de 2023.

SOBRINHO, Raquel Alves; ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Os espaços educacionais comunitários como lugar de inclusão social de crianças em situação de vulnerabilidade. In: NEVES, Bárbara Coelho; CORREIA, Patrícia Carla da Hora (org.). As tecnologias e o contexto da educação inclusiva: problematizações em espaços educacionais. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). Editora: Hucitec; 1ª edição, 2018.

WLODARSKI, Regiane; CUNHA, Luiz Alexandre. Desigualdade social e pobreza como consequências do desenvolvimento da sociedade. 2009. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Tecnologia e Civilização. Ponta Grossa, Paraná. Disponível em: [http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art 15.pdf](http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/workshop/art%2015.pdf) . Acesso em: set. de 2023.